



Relatório

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

REGIÃO
SUDESTE

BELO HORIZONTE
MINAS GERAIS

JUNHO DE 2024

Entre os dias 10 e 13 de junho, a Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Educação na Região Sudeste fomentou boas discussões, com diagnósticos acerca de temas importantes abordados em cada uma das mesas do evento, assim como recomendações para avançarmos.

Considerando a presença de autoridades e especialistas de grande relevância, tanto da região sudeste como em nível nacional, o evento apresentou debates sobre temas como o Plano Nacional de Educação, as políticas de educação profissional e tecnológica, a educação na primeira infância, a regulação do ensino superior, entre outros tópicos cruciais para o desenvolvimento das políticas educacionais.

Desde a abertura do evento, o objetivo foi promover o alinhamento entre o Conselho Nacional de Educação (CNE) e as instituições educacionais, especialmente do sudeste, com apoio do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE/MG) e da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais na realização do encontro itinerante, contando também com os representantes de instituições públicas e privadas, universidades e sindicatos, a fim de promover relevantes discussões sobre a educação brasileira.

Elaborado pelo D³e - Dados para um Debate Democrático na Educação, com suporte financeiro do SESI Nacional e do Ecossistema Square, este relatório apresenta registros dos principais tópicos abordados ao longo das sete mesas, com enfoque nas principais deliberações, de modo a propiciar uma apreciação do quadro geral da educação brasileira, a ser compartilhado com o próprio CNE e também o MEC. O objetivo é ajudar a informar suas decisões futuras, à luz dos aprimoramentos e das mudanças normativas necessárias.

Boa leitura!

conteúdo

10 DE JUNHO DE 2024

abertura Educação brasileira - que futuro é esse? **Pág. 5**

11 DE JUNHO DE 2024

- 1** Regulação na perspectiva da expansão e avaliação da Educação Superior **Pág. 13**
- 2** Plano Nacional de Educação na perspectiva das políticas estratégicas da educação nacional **Pág. 19**

12 DE JUNHO DE 2024

- 3** Educação e direitos humanos no contexto pós-pandemia **Pág. 25**
- 4** Educação híbrida no ensino básico e superior: Inteligência Artificial (IA) e tecnologias **Pág. 31**

13 DE JUNHO DE 2024

- 5** Desafios da Educação Profissional e Tecnológica **Pág. 38**
- 6** Compromisso com a Educação Infantil **Pág. 44**

abertura

mesa · 10/06/2024

Educação brasileira - que futuro é esse?

PRESIDENTE DA MESA

Luiz Roberto Liza Curi,
presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE)

PARTICIPANTES

- **Alex Pinheiro**, CEO do Ecosistema Square
- **Benigna Maria de Oliveira**, assessora da Reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- **Betânia Peixoto Lemos**, presidente da Escola Nacional de Administração Pública (Enap)
- **Girlaine Figueiró Oliveira**, vice-presidente do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE-MG)
- **Igor Alvarenga Oliveira Icassati Rojas**, secretário de Educação de Minas Gerais (SEE/MG)
- **Maurício Holanda Maia**, secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (Sase/MEC)
- **Mônica Dias Pinto**, chefe de Educação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)



mesa de abertura · 10/06/2024

Educação brasileira - que futuro é esse?

A Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Educação na Região Sudeste foi aberta oficialmente no dia 10 de junho de 2024, em solenidade que contou com a presença de conselheiros, autoridades municipais, estaduais e federais, além da participação de especialistas na primeira mesa de debates.

Inicialmente, Luiz Roberto Liza Curi, presidente do CNE, destacou a representatividade do Conselho como um horizonte importante para a educação brasileira. “O CNE não zela pelo direito à educação dos seus atores predominantes, mas de toda a sociedade brasileira. Temos um compromisso com uma grande massa de jovens, de modo que tenham uma trajetória repleta de perspectivas culturais e novas sociabilidades. Aprender é viver, é se transformar dentro da escola”, destacou.

Ao longo de seu discurso, Curi apontou para o horizonte do desenvolvimento nacional, colocando o combate à desigualdade e a garantia de direitos como elementos basilares. “São esses direitos que vão conduzir as indústrias, a economia do Brasil e seus serviços. Sem eles, vamos nos transformar numa nação sem futuro”, frisou.

“A educação só vence quando apostamos no regime de colaboração para vencer os desafios. Este evento representa o gesto de largarmos nossas diferenças em prol de uma bandeira única, da educação, para construir boas políticas, pautados na premissa de que todos os estudantes podem aprender”, complementou Igor Alvarenga, secretário de Educação de Minas Gerais.

Permanência com qualidade

Afinal, qual é o futuro esperado para a educação brasileira? Esse é o tema que guiou a primeira mesa de debates composta por diferentes especialistas para pensar a trajetória educacional dos últimos anos, considerando o longo percurso a ser percorrido para garantir direitos básicos às crianças e aos jovens.

Luiz Roberto Liza Curi enfatizou o persistente índice de evasão observado na educação básica. “Nossa trajetória vinha aprofundando a desigualdade na escola pública, que gera cerca de 500 mil evasões no ensino fundamental e 400 mil no ensino médio”, lembrou.

Como resultado, acumulam-se cerca de 76 milhões de brasileiros na EJA (Educação de Jovens e Adultos), abrangendo desde diplomados a estudantes que não conseguiram se formar até os que nunca ingressaram na escola. Qual o projeto de desenvolvimento que dará conta dessa enorme desigualdade? Este é um dos tópicos centrais levantados por Curi.

“A maioria dos jovens que evade é pobre e com dificuldade de acesso à renda. A evasão dificilmente atinge jovens de classes média e alta, que são justamente aqueles incluídos no processo de acolhimento das últimas décadas”, frisou o presidente do CNE.

Deveres do ensino médio e do ensino superior

Por sua vez, a assessora da reitoria da UFMG, Benigna Maria de Oliveira, abordou as últimas conquistas do ensino superior — como a democratização de acesso que ocorreu nos anos 2000. Segundo ela, é tempo de avançar, pensando na permanência com qualidade. “Não se trata de pensar no auxílio estudantil, na moradia, no transporte e na alimentação somente. Tudo isso é fundamental, mas o crucial é pensar na permanência qualificada, nas oportunidades que vamos dar a esses jovens. Por exemplo, como garantir que um jovem que trabalha o dia inteiro e faz faculdade à noite terá condições de competir em igualdade no mercado?”, perguntou.

Como acrescentou Girlaine Figueiró, vice-presidente do CEE-MG, trata-se de reconhecer que crianças são diversas, em busca de solucionar as diferentes realidades em que elas se encontram. “Em minha trajetória, tive a sorte de conseguir, aos 16 anos, uma oportunidade de trabalho como menor aprendiz. Se não fosse o ensino médio noturno provavelmente eu não estaria aqui”, lembrou, destacando a importância do investimento em infraestrutura para garantir que jovens que precisam trabalhar não abandonem a escola e consigam completar o ensino médio.

Para os investimentos do Estado a fim de cumprir a atual agenda da educação, a universidade deve ser recordada por seu papel nesse processo. Como lembrou a professora Benigna, há um trabalho em conjunto a ser feito em prol da universalização da educação básica. “Quando falamos em universidade, não estamos tratando somente da educação superior, já que a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) prevê, como dever da universidade, atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica. Esse é um momento de diálogo, com foco em trabalharmos a formação de professores, uma prioridade nossa na UFMG”, completou.

Nesse sentido, a ampliação da carga horária dos docentes está na agenda do estado de Minas Gerais, com foco na formação continuada com o programa Trilhas de Futuro Educadores, que oferece cursos de pós-graduação aos professores da rede, afirmou Igor Alvarenga. “Tudo isso é mais do que necessário em função de um novo contexto da educação. O formato da aprendizagem mudou e isso implica que o nosso professorado precisa ser mais bem assistido”, disse o secretário.

Sozinha, a Educação não dá conta dos direitos da infância

Mônica Pinto, chefe de Educação do UNICEF, fez considerações importantes ao debate, ampliando o escopo da educação para a articulação de políticas públicas em prol da garantia de direitos. Segundo ela, a educação se une às mudanças climáticas, ao saneamento, à justiça social e à saúde como cinco áreas prioritárias ao país.

“Não será possível desenvolver uma educação do futuro sem garantir direitos inalienáveis de crianças e adolescentes, de modo que eles permaneçam e façam uma transição positiva da educação básica para o mundo do trabalho. Nossos desafios remetem, ainda, aos séculos 19 e 20, quando muitos países já estavam garantindo um acesso universal para suas crianças”.

Em sua apresentação, o secretário Alvarenga apresentou exemplos que dialogam, diretamente, com os desafios colocados por Mônica, chamando a atenção para as desigualdades no acesso a questões básicas, como água potável, saneamento básico e merenda escolar. “Quando falamos em centralidade do estudante, tem a ver com perguntar ao diretor da escola o que é necessário para melhorar o convívio na escola. Podem ser banheiros melhores, por exemplo. Um banheiro limpo e organizado é o principal sinal de que aquela instituição possui um clima escolar adequado, voltado ao acolhimento”, observou.

“Precisamos garantir que os adolescentes e jovens terminem a sua escolaridade em dez, doze anos. É nosso dever como sociedade garantir que eles tenham uma trajetória escolar de sucesso.”

Ao longo da sua apresentação, Mônica Pinto destacou a importância do pilar qualidade na educação, manifestado por meio de diferentes ações, desde a busca por conectividade em escolas indígenas e quilombolas até a educação em contextos de emergência, com destaque para abordagens multiculturais, protetivas e socioambientais.

“Precisamos garantir que os adolescentes e jovens terminem a escolaridade em dez, doze anos. Hoje em dia, temos cerca de 6 milhões deles com distorção idade-série, e sabemos que a maioria são indivíduos pretos, pardos, indígenas, com deficiência e LGBTQIA+. É nosso dever, como sociedade, garantir que tenham uma trajetória escolar de sucesso”, disse Mônica.

Presidente da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), Betânia Peixoto Lemos foi enfática ao apontar para uma evolução histórica da educação brasileira, em especial, por meio de mecanismos de proteção social como o Bolsa Família, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), entre outros dispositivos orientados pelo cuidado e acolhimento das crianças.

“É importante reconhecer essa trajetória de evolução, mas lembrar que estamos evoluindo lentamente. Ainda há muito a avançar na garantia de direitos, em educação e tecnologia. O mundo está muito mais rápido, a geração Z já está entrando no mercado de trabalho. São jovens que nasceram neste mundo interconectado, o que exige dos professores e das escolas um preparo adequado para acolhê-los”, afirmou.

Nesse sentido, lembrou Betânia, muito mais do que formar os servidores públicos federais – missão inicial da Enap, na década de 80 –, a escola se fortaleceu rumo ao atual desafio de formar todos os servidores do país, com a diretriz de não deixar ninguém para trás, respeitando cada individualidade. “Para chegar a todos os cantos do Brasil, é preciso trabalhar em colaboração, estados, municípios e governo federal, além das universidades, institutos federais e escolas de governo”, observou, chamando atenção para a Escola Virtual de Governo (EV.G).

ESCOLA VIRTUAL DE GOVERNO (EV.G)

O projeto consiste em um conjunto de serviços disponibilizados em um Portal Único de Governo. Para o servidor ou cidadão que busca capacitação no serviço público, o Portal oferece um catálogo de

cursos unificado das principais escolas de governo e centros de capacitação da Administração Pública.”

<https://www.escolavirtual.gov.br/>

Uma ponte necessária entre os setores público e privado

Na jornada pelo tripé acesso, permanência e qualidade, Mônica Pinto afirmou que é preciso reconhecer iniciativas fundamentais, como a busca ativa e a valorização das trajetórias de sucesso, as quais evidenciam a mobilização dos setores público e privado em prol de uma educação que protege e garante direitos.

“Sabemos que é na educação infantil e no ensino médio que está a maior subnotificação de crianças e jovens que estão fora da escola. Por isso, desenvolvemos metodologias para apoiar não apenas a busca ativa escolar nessas etapas, mas a qualidade da educação infantil como um todo”, afirmou.

As parcerias entre a iniciativa privada e o setor público também foram destaque na apresentação de Alex Pinheiro, CEO do Ecossistema Square. Segundo ele, a inovação no setor se traduz no *boom* das edutechs – startups de tecnologia educacional que estão colocando o nosso país em posição de protagonismo na América Latina. Como próximo passo, é preciso aproximá-las dos órgãos públicos.

“Estamos vendo, claramente, que o brasileiro é criativo e competente quando se propõe a resolver um problema, mais do que os nossos vizinhos latinos. Precisamos criar políticas que facilitem esse diálogo. Bons exemplos não faltam, como a Proesc, empresa do Amapá que se tornou referência global em plataformas de gestão educacional para escolas”, ressaltou Alex.

Todavia, a tecnologia não é suficiente, lembrou o empreendedor, pontuando que as desigualdades no setor só começarão a diminuir quando todo o conhecimento se traduzir em parcerias efetivas com as escolas públicas. Atualmente, a maioria dessas empresas está atuando em instituições privadas.

“Dados da Associação Brasileira de Startups (Abstartups) mostram que a edutech é uma preocupação do empreendedor brasileiro, mais até do que a fintech – são 14% dos associados desenvolvendo soluções. Mas, infelizmente, somente 5% desses prestam algum serviço para órgãos públicos, e sabemos que não é a iniciativa privada que precisa de maior suporte”, destacou.

Adotada como referência para o campo, a **ODS 4 “Educação de qualidade”**, da ONU, propõe como meta, até 2030, garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades

de ensino para os grupos em situação de vulnerabilidade, de modo que o tripé “acesso, permanência e qualidade” é visto como uma meta fundamental da educação brasileira.

Mais crescimento com menos desigualdade

“Quarenta anos atrás, o Brasil tinha o dobro do PIB da China”, lembrou Luiz Roberto Liza Curi em seu discurso final. Afinal de contas, que futuro é esse? Retomando a pergunta que guiou o primeiro dia de debates, ele observou a trajetória brasileira desde sua industrialização, marcada por êxitos econômicos, um pacto educacional e o fortalecimento da ciência e da tecnologia.

No entanto, como lembrou o presidente do CNE, o país carece de um horizonte de futuro que combine crescimento com redução profunda das desigualdades. “O Brasil se industrializou, mas não trouxe nenhum fato portador de futuro. Sempre tivemos um desenvolvimento diferenciado na América Latina, tudo isso 40 anos atrás e, no entanto, permanecemos como um país emergente”, lamentou.

Em diálogo com as provocações de Curi, Maurício Holanda, secretário da Sase/MEC, destacou a interação humana e a crença na potencialidade dos jovens como horizonte central. Para ele, a despeito das diferenças geracionais, será necessário buscar um entendimento, reconhecendo que educar demanda tempo.

“Um município bom é um município seguro para as crianças e para os velhos. E quem tem capacidade de construí-lo são os jovens e os adultos. Precisamos parar de vê-los como ‘nem-nem’ e enxergá-los como pessoas com potencial, olhando para o papel do Brasil”, destacou.

Nesse sentido, é tempo de pensar em outra educação, orientada por uma relação com as tecnologias, porém sem perder de vista as interações humanas e considerando metodologias que considerem experiências tais quais a pandemia e as enchentes no Rio Grande do Sul. “A troca de olhares e de presença não é substituível. Precisamos de talentos para lidar com a educação como um ato de amor – esse elemento está em falta na equação da inteligência artificial”, finalizou Maurício.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um em cada cinco jovens de 15 a 29 anos pode ser considerado “**nem-nem**” por estar afastado tanto do ambiente educacional quanto do mercado de trabalho.

Recomendações

>> **Pensar a educação** não como fim, mas como princípio do desenvolvimento nacional – orientada pelo combate às desigualdades e pela garantia de direitos fundamentais.

>> **Compreender** que educar demanda tempo – não há atalhos para construir relações humanas.

>> **Priorizar o combate** à evasão escolar – índice que demonstra também as desigualdades nas oportunidades educacionais.

>> **Estreitar pontes** entre os setores público e privado – tecnologia e conhecimento em favor da escola pública.

>> **Adotar uma abordagem** multissetorial em prol dos direitos da infância, considerando educação, saúde, mudanças climáticas, saneamento e justiça social.

>> **Apoiar a construção** de metodologias em parceria com organizações como o UNICEF, olhando, por exemplo, para aprendizados com a crise do Rio Grande do Sul e a pandemia.

>> **Retomar o projeto** de desenvolvimento que leve o país, efetivamente, a superar sua condição de emergente, aliando crescimento e redução profunda das desigualdades.

>> **Guiar-se pelas diferenças** geracionais, observando as potencialidades dos jovens em cada um de seus contextos e respeitando os tempos de desenvolvimento.

MESA · 11/06/2024

Regulação na perspectiva da expansão e avaliação da Educação Superior

PRESIDENTE DA MESA

Luiz Roberto Liza Curi,
presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE)

MODERADOR

Paulo Fossatti, conselheiro do Conselho Nacional de Educação (CNE)

PARTICIPANTES

- **Ada Pimentel Gomes Fernandes Vieira**, presidente do Conselho Estadual de Educação do Ceará (CEE/CE)
- **Celso Niskier**, presidente do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular
- **Denise Pires de Carvalho**, presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
- **Luiz Eugênio Araújo de Moraes Mello**, professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e diretor de Pesquisa e Inovação do Instituto DOr de Pesquisa e Ensino (IDOR)
- **Marta Wendel Abramo**, secretária de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (Seres/MEC)
- **Marlon Cristian Toledo Pereira**, pró-reitor de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)



mesa 1 · 11/06/2024

Regulação na perspectiva da expansão e avaliação da Educação Superior

Avaliação, regulação e impacto: como convergir esses três indicadores para uma perspectiva tecnológica a serviço de um projeto de desenvolvimento?

Essa foi uma das questões que guiaram a segunda mesa de debates. “Para além da mera verificação de regras e normas, a avaliação precisa levar um sentido mais amplo e organizado para a regulação”, afirmou Luiz Roberto Liza Curi, presidente do CNE, lembrando o desafio histórico iniciado em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Educação (LDB). Na ocasião, o Brasil passou a implementar uma avaliação sistemática, com especialistas, na educação pública brasileira.

Apesar das dificuldades dos últimos anos, especialmente no quesito organização do processo avaliativo, Curi apontou para um horizonte de ambição, com a manutenção de boas práticas, fortalecimento institucional e, principalmente, uma união em torno de desafios de longo alcance. “No fim das contas, mais do que distribuir normas, a regulação é quem zela pela política pública, reconhecendo a avaliação como etapa influenciadora das normas”, destacou. Trata-se, em última análise, de discutir um rumo político e institucional para a regulação no país, considerando o desafio de equilibrar a expansão com qualidade e com diretrizes nacionais – tal qual fizeram, em suas palavras, localidades como Singapura, Coreia do Sul e China, que estrategicamente colocaram

o desenvolvimento científico a favor da economia real, guiados pelo combate à pobreza e à desigualdade.

Como avaliação, regulação e supervisão poderão sair do atual “modelo cartorial” para incorporar práticas de inovação num mundo marcado por inteligência artificial, indústria 4.0, competências digitais e questões climáticas? “O desafio é sair da caixinha sem perder qualidade, em busca de atender um país continental, um Brasil da diversidade”, respondeu o conselheiro Paulo Fossatti.

Ada Pimentel, presidente do CEE/CE, juntou-se ao presidente e ao conselheiro, recordando uma experiência pessoal recente: “Estive na Coreia do Sul, em Singapura e na China e posso garantir que, de fato, perdemos muitas oportunidades nas últimas décadas, por falta de propósito, de plano e de foco para fazer o que estas localidades fizeram com sucesso”.

Ainda assim, insistiu a professora, é preciso coragem para “transformar os conselhos estaduais em instituições ou colegiados que possam trabalhar com as políticas públicas num cenário de incrementos, com o MEC vivo depois de anos adormecido”, chamando a atenção para a agenda da educação em tempo integral, referência no Ceará.

Pós-graduação como termômetro do desenvolvimento

Em sua apresentação, Denise Pires de Carvalho, presidente da CAPES, fez uma defesa convicta da expansão da pós-graduação no país, aliada ao investimento no ensino profissional e na graduação. Com relação à última, os avanços dos últimos 30 anos foram insuficientes para aproximar o Brasil da média da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), uma vez que os países-membros possuem uma média de 47% de graduados (o Brasil avançou de 15% para 20%).

“Menos de um quarto da população brasileira é graduada, quando quase metade dos países da OCDE têm, pelo menos, 50%. Se queremos ser um país desenvolvido e com futuro, precisamos nos aproximar dessa média, pensando em ultrapassá-la – como fizeram China e Coreia do Sul”, disse Denise ao recuperar dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

A distância para a média dos países-membros da OCDE permanece quando olhamos para a pós-graduação. Enquanto somente 0,2% da população brasileira são doutores, nos países desenvolvidos a média supera 1%. Como lembrou Denise, ainda assim, o país vinha numa trajetória de avanço até 2016, com aumento progressivo de mestres e doutores desde, pelo menos, os anos 2000.

Para o futuro, além de retomar o financiamento em ciência e tecnologia (em queda nos últimos anos), é necessário conectar a produção de conhecimento à empregabilidade e à geração de renda, a fim de propiciar ao país impulso rumo ao desenvolvimento, com atenção para a redução das disparidades regionais.

Nesse sentido, Marlon Cristian, pró-reitor de Pós-Graduação da Unimontes, apontou para condições assimétricas presentes na distribuição da pós-graduação entre estados brasileiros, mostrando, em sua apresentação, disparidades dentro do estado de Minas Gerais.

“Como uma instituição multicampi, a Unimontes enfrenta desafios ligados à diferença de estrutura entre os campi, algo que tenho observado em diversas instituições estaduais. O objetivo é expandir, com qualidade, a educação para regiões menos atendidas”, lembrou o pró-reitor, que destacou o impacto decisivo de programas de pós-graduação para o desenvolvimento de municípios pequenos. “Muitas vezes, um programa de nota 3 em uma região assimétrica gera mais impacto do que um de nota 7 localizado em um grande centro.”

Mas, afinal de contas, qual a importância estratégica da pós-graduação? “Com o aumento de doutores, haverá mais produção de conhecimento e, por sua vez, mais produção de emprego e renda e menos desigualdade social. Para tudo isso, é preciso garantir orçamento”, observou Denise Pires.

Aprimorar a educação a distância (EaD) a fim de equilibrar acesso e qualidade

Em diálogo com a presidente da CAPES, Marta Abramo, titular da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC, pontuou as mudanças ocorridas no país nos últimos 20 anos. “O que pensávamos sobre regulação, avaliação e supervisão precisa ser revisto e atualizado para um novo cenário – nós mais do que dobramos a quantidade de matrículas, por exemplo”, afirmou.

No pós-pandemia, vemos a consolidação de um novo cenário, em que a educação a distância (EaD) deixa de ser uma modalidade alternativa, e se configura como centro do sistema. Como combater certos estigmas, enfrentando desafios como a evasão, as vagas ociosas e as desigualdades na oferta entre municípios?

“A EaD permitiu que o ensino superior chegasse onde não chegava, com impacto, por exemplo, sobre o perfil de renda dos estudantes. A democratização é um fator a ser celebrado. Essa expansão, no entanto, se deu de forma rápida e acentuada, nos levando a uma série de desafios”, observou Marta. A palestrante destacou, ainda, que nas atuais condições o MEC tem dificuldades para avaliar os cursos EaD, bem como o desempenho dos estudantes.

Qual o papel da regulação diante desses desafios? Como lembrou a secretária, não se trata de negar sua dimensão cartorial, com as verificações de condição e de regularidade tratadas como fundamentais ao sistema, mas de promover uma regulação mais ágil e inteligente. “Além de garantir a qualidade e regularidade da oferta, as políticas de regulação e supervisão são instrumentos de indução: para onde queremos expandir, para quem e com que propósito?”, perguntou.

Em busca de consensos na educação particular

O Presidente do Fórum Brasil, Celso Niskier, repercutiu alguns resultados do Fórum Brasileiro da Educação Particular — evento que reuniu entidades do setor para avançar em consensos importantes para a educação, com foco especial na expansão, na diversidade e na qualidade da educação particular, aliadas à inovação e à regulação eficiente.

Ao longo de sua apresentação, Celso defendeu a ampliação de programas de acesso à educação superior, como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade Para Todos (Prouni), sugerindo a criação do Probásico — extensão do Prouni para a educação básica. Estes são, segundo ele, passos importantes na direção do crescimento com inclusão, que devem abranger, também, o aumento do financiamento público estudantil e a expansão de parcerias público-privadas na educação profissional.

Celso ainda falou do desafio de simplificar e modernizar os processos de regulação, supervisão e avaliação em diferentes níveis. “Precisamos de ferramentas mais inteligentes no Estado, como os modelos preditivos e a antecipação de problemas usando a estatística. Não podemos tratar o setor de forma policesca, mas com inteligência, induzindo a melhoria da qualidade e estimulando uma participação mais ativa das instituições particulares nos órgãos consultivos”, concluiu.

O impacto da confiança sobre a regulação

Em sua apresentação, Luiz Eugênio Mello, professor da Unifesp e diretor de Pesquisa e Inovação do IDOr, apresentou uma contribuição importante da neurociência, considerando o índice de confiança da sociedade brasileira. Com base em dados internacionais, Mello lembrou que, nos últimos anos, a confiança interpessoal e a confiança nas instituições vivem um momento de queda, o que impacta diretamente a eficiência da regulação.

“Quando o nível de confiança é muito baixo, isso afeta o sistema de forma geral. Pensando nas entidades regulatórias, a fiscalização se torna excessiva, e isso é reflexo do país como um todo. Precisamos avançar para outro patamar ético e, conseqüentemente, de confiança”, destacou.

Nesse cenário, como caminhar rumo ao aumento da qualidade na regulamentação? Segundo ele, há princípios importantes que devem reger as ferramentas de punição. “Elas devem ser adaptáveis, iguais, transparentes e passíveis de reparação”, apontou o professor, lamentando que o atraso civilizatório brasileiro gera impactos decisivos sobre a regulação.

Recomendações

>> **Buscar equilíbrio** entre regulação, avaliação e impacto, com uma diretriz nacional de desenvolvimento que respeite a diversidade brasileira.

>> **Promover uma regulação** moderna e à altura do atual desafio tecnológico, social e climático, aproximando-se da inovação, da indústria 4.0 e indo além do “modelo cartorial”.

>> **Investir estrategicamente** na pós-graduação para o desenvolvimento nacional, considerando-a um pilar para as demais áreas.

>> **Expandir, com qualidade**, a educação para regiões de menor desenvolvimento dentro dos estados, buscando um maior equilíbrio de investimentos no caso de universidades multicampi.

>> **Retomar o orçamento** para a ciência e a tecnologia. Neste sentido, a iniciativa do atual governo de reajustar as bolsas acadêmicas é muito bem-vinda.

>> **Apontar caminhos** por meio da regulação, definindo com estratégia e clareza para onde queremos expandir, para quem e com que propósito.

>> **Combater estigmas** que associam a qualidade na educação à modalidade presencial. O desafio é qualificar a EaD, não substituí-la.

>> **Aprimorar a dimensão** punitiva da regulação. As ferramentas de punição devem ser adaptáveis, igualitárias, transparentes e passíveis de reparação.

>> **Buscar consensos**, considerando a contribuição de instituições particulares no debate sobre inovação, inteligência e combate às desigualdades.

Plano Nacional de Educação na perspectiva das políticas estratégicas da educação nacional

PRESIDENTE DA MESA

Luiz Roberto Liza Curi,
presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE)

MODERADORES

Henrique Sartori de Almeida Prado e Amábile Aparecida Pacios, conselheiros do Conselho Nacional de Educação (CNE)

PARTICIPANTES

- **Antonio Bara Bresolin**, diretor executivo do D³e - Dados para um Debate Democrático na Educação
- **Carlos Eduardo Moreno Sampaio**, diretor de Estatísticas Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)
- **Carlos Roberto Jamil Cury**, professor adjunto da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e ex-conselheiro do CNE e CEE-MG
- **Felipe Michel Santos Araújo Braga**, presidente do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE/MG)
- **Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho**, coordenador do Fórum Nacional de Educação (FNE)
- **Manoel Humberto Gonzaga Lima**, presidente da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME)
- **Maurício Holanda Maia**, secretário de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (Sase/MEC)
- **Valéria Morato**, presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Minas (Sinpro/MG)



[Assista aqui à mesa na íntegra](#)

mesa 2 · 11/06/2024

Plano Nacional de Educação na perspectiva das políticas estratégicas da educação nacional

Em meio à perspectiva de prorrogação da vigência do atual Plano Nacional de Educação (PNE), a segunda mesa da Reunião Ordinária Pública do CNE reuniu especialistas para discutir desafios e perspectivas futuras, considerando as responsabilidades compartilhadas entre União, Estados e Municípios, bem como a atuação de organizações da sociedade civil, no sentido de perseguir e aprimorar as atuais metas do Plano para seu concomitante alcance.

“O Plano Nacional é a razão pela qual nós, que trabalhamos com educação, saímos de casa todos os dias”, iniciou a conselheira Amábile Pacios. Por sua vez, Luiz Roberto Liza Curi apontou a necessidade de avançar na dimensão qualitativa das metas educacionais. “Para além de metas quantitativas, precisamos entender o impacto delas sobre o desenvolvimento, a produtividade, o desemprego, as desigualdades, o aperfeiçoamento de outras políticas públicas.”

Em sua fala de apresentação, Curi protestou contra o possível adiamento do PNE, observando que a atualização do documento às realidades do presente depende do cumprimento de suas metas — das 20 metas estabelecidas por lei, somente algumas foram cumpridas integralmente. “Esticar o PNE atual não será a solução. Precisamos de novas metas, não apenas quantitativas, mas com impactos”, frisou.

O presidente contextualizou, ainda, alguns dos desafios socioeconômicos em meio ao debate sobre o adiamento, pontuando a injustiça dessa eventual decisão para as crianças e jovens. “São 48 milhões de jovens e crianças na educação básica, além de 9,5 milhões de estudantes na educação superior, com cerca de 60% de evasão na universidade e quase 900 mil na educação básica, sem contar o desemprego que afeta os estudantes com diploma.”

Equidade na largada

Em sua apresentação, Felipe Michel Braga, presidente do CEE/MG, afirmou que não se pode perder de vista uma premissa básica do compromisso educacional: a de que todos são capazes de aprender. De maneira diferente do pressuposto no passado, a equidade deve ser também um ponto de partida e não só de chegada. É apenas por meio da equidade que podemos, então, buscar a qualidade articulada ao acesso — eis o tripé da educação nacional. Segundo Braga, após quatro tentativas fracassadas de estruturação de um Plano Nacional de Educação, desde a previsão no manifesto dos pioneiros, de 1932, o país segue buscando ter um plano, aprendendo com seus erros e ousando, cada vez mais, em suas metas para concretizar o compromisso com crianças, adolescentes e jovens.

O cenário atual evidencia resquícios de dificuldades de diálogo, restrições fiscais, impeachment, teto de gastos e inúmeros desafios impostos pela pandemia. “A frase de Eduardo Galeano sobre a utopia — de que ela serve para caminhar — também é o que nos guia na educação. Não existem limites para a aprendizagem humana”, observou Maurício Holanda, secretário da Sase/MEC.

“Defender a equidade não é um posicionamento neutro, mas político e estratégico”, observou Felipe Michel. Ele também chamou a atenção para a importância da rede de controle na busca por equidade na educação, isto é, a participação da família, dos Conselhos, do Legislativo, do Judiciário, da imprensa e da sociedade civil. Por fim, encerrou pontuando um quadro de ação estratégica que, segundo ele, deve orientar os atores nacionais. À luz da equidade como proposta principal, a formação de professores aparece como estratégia fundamental, acompanhada da coordenação interfederativa como mudança estrutural mais relevante. “Vamos precisar de todos, Fórum Nacional, Conselho Nacional, secretarias, da UNCME, das organizações da sociedade civil, entre outros”, concluiu.

Antonio Bara Bresolin, diretor executivo do D³e, organização que trabalha para fortalecer o uso do conhecimento científico nas políticas públicas de educação, destacou a importância das organizações do terceiro setor para o fortalecimento do ecossistema educacional, especialmente na construção de evidências para os tomadores de decisão do segmento.

Afinal de contas, o que podemos aprender com a experiência internacional? Segundo Bresolin, a boa notícia é que, em termos de planejamento do sistema, países de destaque na educação adotam estratégias semelhantes àquelas que conhecemos. No entanto, há aprendizados importantes.

“Nosso mapeamento mostra que é preciso estruturar um plano de Estado para sobreviver às oscilações políticas, de forma articulada com um sistema nacional de educação. Além disso, é preciso priorizar a equidade (cada país faz isso de uma forma), estruturar um sistema de coleta e monitoramento de dados, como o INEP desenvolveu, e garantir a participação qualificada dos educadores na formulação dos planos”, destacou o diretor, a partir de pontos de destaque da [Nota Técnica “Planejamento de sistema educacional a longo prazo: experiências internacionais e diálogos com o Brasil”](#) elaborada pelo D³e em parceria com o Todos Pela Educação.

Especialmente em face das dificuldades para implementar políticas públicas em um país como o Brasil, o cotidiano escolar — que orienta o pensamento dos educadores — deve nortear a formulação dos planos. Nesse contexto, um projeto bem desenhado deve observar os caminhos concretos para sua viabilização prática. “A coerência entre a formulação da política e a sua exequibilidade é fundamental para o sucesso dos planos de educação”, concluiu Bresolin.

Um olhar para as realidades locais e seus atores

Outro aspecto bastante enfatizado pelos debatedores foi a importância de considerar as especificidades dos estados e dos municípios em um país altamente desigual e de larga extensão, como o Brasil. Enquanto a lei do Sistema Nacional de Educação (SNE) ainda tramita no Congresso, já são mais de três mil municípios brasileiros com sistema de ensino próprio — um esforço importante à luz dos impactos da pandemia para a educação. Assim, é preciso valorizar os atores em torno dos ecossistemas estadual e municipal. “Órgãos municipais como o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) contribuíram para salvar muitas vidas na pandemia”, observou Manoel Humberto, presidente da UNCME.

Sem perder de vista o pacto constitucional de acesso, seguido de permanência, trajetória regular e aprendizado de todos os estudantes, é importante considerar questões de vulnerabilidade territorial, desigualdades étnico-raciais e questões econômicas que impactam diretamente o desenvolvimento dos estados — os quais dependem de uma boa política de priorização regional.

“A ausência de um sistema de cooperação entre as esferas de governo consolida um ciclo vicioso que dificulta a promoção das oportunidades educacionais em territórios mais vulneráveis”, afirmou Carlos Eduardo Moreno Sampaio, diretor de Estatísticas Educacionais do INEP, observando a importância da instituição no

Para reduzir as desigualdades internas, é preciso perseguir a regulamentação do custo aluno-qualidade, juntamente com a implementação de leis de gestão democrática em cada município e estado.

levantamento de dados e de avaliações úteis ao sistema nacional de educação.

Se considerarmos ainda o papel da avaliação, segundo Heleno Araújo, coordenador do FNE, é necessária ao PNE uma orientação estratégica, com processos formativos, de modo que a avaliação torne-se menos punitiva (regida por ranqueamento)

e mais formativa. Em sua apresentação, ele observou ainda a importância do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para os municípios com dificuldades de investimento e apontou como, para reduzir as desigualdades internas, é preciso perseguir a regulamentação do custo aluno-qualidade, juntamente com a implementação de leis de gestão democrática em cada município e estado.

Em última análise, trata-se de reconhecer a insuficiência do Plano Nacional de Educação para abarcar as realidades de cada região brasileira. “Não adianta somente replicar as metas nacionais, por isso precisamos dos planos municipais e estaduais de educação”, finalizou Araújo, pontuando o pacto de solidariedade nacional como horizonte para a educação.

Em diálogo com o coordenador do FNE, Maurício Holanda defendeu a necessidade de um pacto a longo prazo, de forma paralela aos dez anos de vigência do Plano: “precisamos de uma visão de futuro para daqui a 30 anos, uma declaração de propósitos em que todos (sindicados, estados, municípios, setor privado, entre outros) assinem embaixo.”

Encerramento

A mesa foi finalizada com o discurso contundente de Carlos Roberto Jamil Cury, ex-conselheiro do CEE/MG e do CNE, que frisou a importância da persistência diante dos seguidos fracassos do passado: “perdemos em 1936-37, perdemos novamente em 1962-63 e, depois, fracassamos diante do clima inflacionário da era Sarney. Perdemos, mas seguimos tentando fazer de novo. Essa teimosia está ancorada no diagnóstico dos nossos gargalos”, afirmou.

Cury destacou, também, a importância de ouvir quem faz o dia a dia da educação, isto é, gestores e docentes. “Nós, conselheiros, somos os mediadores desse processo”, lembrou, ecoando as palavras de Valéria Morato, presidente do Sinpro/MG, que minutos antes observou: “educação não se faz com uma receita de bolo, mas com o olhar inclusivo de quem vive cada realidade — os professores”.

Recomendações

- >> **Desenvolver um sistema** de informação para a gestão educacional que permita a avaliação fundamentada das escolas e dos sistemas de ensino.
- >> **Enfrentar a desigualdade** nos investimentos educacionais, a vulnerabilidade dos territórios, a escassez de recursos humanos e materiais e a precariedade na gestão das redes de ensino.
- >> **Manter o foco** estratégico na equidade para o próximo Plano Nacional de Educação.
- >> **Ter como estratégia** principal a formação de professores.
- >> **Investir em uma mudança** estrutural por meio da coordenação interfederativa.
- >> **Inverter a trajetória** histórica de acesso > qualidade > equidade, de modo que a equidade não seja contemplada apenas na chegada, mas na largada.
- >> **Observar as recomendações** advindas da experiência internacional: plano de estado articulado ao sistema educacional; coleta e monitoramento de dados; foco na equidade com a participação dos educadores que implementam as políticas.
- >> **Investir nas variáveis** que impactam a permanência e o desenvolvimento dos estudantes na educação básica, considerando os diferentes perfis e trajetórias, à luz da desigualdade brasileira.
- >> **Manter o foco** no processo de implementação, uma vez que um projeto bem planejado sempre considera os caminhos para sua viabilização prática.
- >> **Ter uma orientação** estratégica do PNE com processos formativos em que a avaliação seja menos punitiva/resultadista e mais formativa.
- >> **Elaborar** planos estaduais e municipais, uma vez que replicar as metas nacionais, sem levar em consideração as particularidades de cada local, não é uma estratégia assertiva.
- >> **Estruturar o próximo ciclo** de 10 anos do PNE e, em paralelo, pactuar um plano para daqui a 30 anos, pensado em conjunto com sindicatos, setor privado, estados e municípios.

MESA · 12/06/2024

Educação e direitos humanos no contexto pós-pandemia

PRESIDENTE DA MESA

Luiz Roberto Liza Curi,
presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE)

MODERADOR

Alysson Massote Carvalho, conselheiro do Conselho
Nacional de Educação (CNE)

PARTICIPANTES

- **Anna Gilda Dianin**, vice-presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino na Região Sudeste de Minas Gerais (Sinepe/Sudeste MG)
- **Erasto Fortes Mendonça**, coordenador geral de Políticas Educacionais em Direitos Humanos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (Secadi/MEC)
- **Geniana Faria**, secretária adjunta da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE/MG)
- **Marcelo Pereira de Andrade**, reitor da Universidade Federal de São João del-Rei e representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)
- **Sandra Silveira**, vice-presidente do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (CEE/RS)
- **Sérgio Luiz Nascimento**, secretário municipal de Educação de Diamantina e membro do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE/MG)

PARTICIPAÇÃO ESPECIAL

- **Fábio da Serra**, cantor e compositor, professor de Língua Portuguesa na Secretaria de Educação de Minas Gerais



[Assista aqui](#)
à mesa na íntegra

mesa **3** · 12/06/2024

Educação e direitos humanos no contexto pós-pandemia

Ao organizar uma mesa sobre direitos humanos, iniciou Luiz Roberto Liza Curi, o Conselho Nacional de Educação almeja levar este tema ao chão da sala de aula, de modo que ele esteja presente desde a educação infantil ao ensino médio pela via do respeito, da tolerância e da convivência. “Afinal de contas, seja ela pública ou particular, a escola é um espaço onde se consagram debates e aprendizados comuns. Nesse sentido, os direitos humanos são fundantes do processo educacional – direitos básicos dos quais dependem muitos outros”, frisou o presidente do CNE.

Direitos fundamentais como condição básica do processo de aprendizagem

Em sua apresentação, Geniana Faria, secretária adjunta da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, complementou as palavras de Curi, chamando atenção para a gravidade do contexto pandêmico no Brasil. Esse período nos mostra, segundo ela, que não há como discutir a recomposição das aprendizagens sem antes pensar em direitos básicos, como a segurança alimentar, o cuidado e os direitos de ir e vir dos estudantes.

“A pandemia escancarou a ausência de muitos direitos e a educação é o grande pilar da garantia deles. O fechamento das escolas gerou prejuízos não apenas cognitivos, mas sociais — para além do aprendizado, a prevenção à violência e a garantia da alimentação se tornaram um cotidiano dos educadores, diante dos graves problemas desse período”, destacou.

Afinal, pensar em alternativas de educação à distância diante dos impactos da crise sanitária requer reconhecer as enormes desigualdades que afetam os estudantes em questões básicas. “Muitos deles sofriam violências na própria residência”, afirmou Geniana, trazendo à memória a pandemia de Covid-19.

Segundo ela, a igualdade na garantia de direitos básicos deve ser uma premissa do debate pós-pandemia, considerando o impacto duradouro do isolamento social para as habilidades socioemocionais dos estudantes. “Muito mais do que o aprender, esses jovens têm na escola o lugar da sociabilidade — o isolamento social impactou a continuidade deste movimento”, complementou.

Em suma, a recomposição das aprendizagens e a permanência na escola passam, especialmente, pelo acolhimento. “Estamos descobrindo o nosso analfabetismo emocional — não sabemos lidar bem com esse processo pelo qual estão passando alunos e professores”, lamentou a secretária.

Como prosseguir? “As palavras da professora dão uma esperança no sentido das parcerias”, afirmou Alysson Massote Carvalho, moderador da mesa. Nesse sentido, o conselheiro lembrou da janela de oportunidade aberta pelo evento que reuniu representantes das três esferas para pensar a educação numa perspectiva em rede.

Para além do pacto constitucional de 1988

A vice-presidente do Sinepe/Sudeste MG, Anna Gilda Dianin, chamou atenção para a imbricada relação entre educação e direitos humanos no país, observando a necessidade de avançarmos em questões colocadas pelo pacto constitucional de 1988: “educação com qualidade requer igualdade, equidade, inclusão e justiça social”.

Em um cenário de crescente rejeição aos direitos humanos, e a ascensão global de alianças extremistas, como avançar neste debate? Um dos pilares urgentes é a construção do Sistema Nacional de Educação, fundamental para barrar a atual lógica de exclusão social que ainda rege a sociedade. “Tivemos, sim, muitos êxitos pelo caminho, mas isso não nos traz contentamento — ainda estamos muito aquém do que podemos oferecer”, afirmou Anna Gilda, destacando que a mobilização acadêmica deve resultar em um sistema que seja capaz de superar, efetivamente, as ofensas aos direitos humanos.

Na caminhada para os quase 40 anos da Constituição de 1988, o país instituiu direitos, elaborou planos e avançou nos instrumentos internacionais de

direitos humanos, mas fracassou em estruturar um sistema nacional de educação. “Nossos acertos não foram suficientes para minimizar os efeitos das nossas falhas”, observou Anna Gilda, enfatizando a enorme quantidade de vidas perdidas e que deixaram de progredir.

Direitos humanos como conquista histórica e construção permanente

“A educação pode ser libertadora como pode aprisionar as pessoas — tudo depende de como nós a construímos”, destacou Marcelo Pereira de Andrade, reitor da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Representando a Andifes, Andrade apresentou a contribuição de diferentes pensadores, da Grécia Antiga ao pós-guerra, que ajudam a refletir acerca da dimensão ética da educação, em diálogo com os direitos humanos enquanto conquista histórica. Pensar a educação em tempos modernos, como ensinou Theodor Adorno, implica, antes de tudo, não repetir a barbárie. “Elaborado há quase 60 anos, este texto de Adorno retrata, com precisão, os cenários nacional e internacional”, lembrou.

“Como filhos e filhas de um processo histórico, precisamos entender que os direitos humanos são uma conquista gradual e histórica, um produto das lutas organizadas da sociedade. Uma vez garantidos, não significa que eles existirão para sempre”, acrescentou Erasto Fortes Mendonça, coordenador geral de Políticas Educacionais em Direitos Humanos da Secadi/MEC, apontando para a urgência de preservar direitos, sem perder de vista a expansão.

Nesse sentido, Marcelo Pereira de Andrade retomou a fala e chamou atenção para grandes desafios colocados pelo atual contexto, especialmente após o casamento da pandemia com a ascensão de políticas de ódio e de exclusão social. “A formação crítica e sensível para os direitos humanos é nosso grande desafio para a educação e sociedade, pois, historicamente, não conseguimos dar conta dos atos que atentam contra a dignidade e temos, ainda, um novo contexto ao qual precisamos nos contrapor”, afirmou o reitor, pontuan-

do a necessidade de se discutir, coletivamente, qual educação queremos. “Mais do que formação técnica, acredito na formação humana, crítica e sensível, não em contraponto às tecnologias, mas com capacidade de interagir com elas.”

“A formação crítica e sensível para os direitos humanos é nosso grande desafio para a educação e sociedade”

Humanizar o processo e seus atores

Não obstante o vasto trabalho acadêmico em torno da consolidação dos direitos humanos e seus fundamentos, há uma dimensão empírica fundamental neste processo, lembrou Sérgio Luiz Nascimento, secretário municipal de educação do município de Diamantina e membro do CEE/MG. “Como membro do comitê de crises de Diamantina, recebemos diversos pedidos da comunidade: alunos com fome, conta de luz alta. Tudo isso como demanda para levar de volta os filhos para a escola”, afirmou.

Diante do contexto que separou o país entre jovens com acesso à internet e jovens com carências básicas, há três desafios impostos para o futuro: o modo de financiamento, a formação inicial continuada e a humanização do processo educacional e de seus atores.

“O afastamento do convívio social já era uma realidade da nova geração. O que aconteceu, com a pandemia, foi que todos entramos nesse mesmo processo, e adoecemos em conjunto, trabalhando 24 horas por dia para tomar providências. Nesse sentido, o autocuidado e o treinamento para ouvir precisam estar na ordem do dia. Não se faz educação e direitos humanos sem o exercício da escuta”, concluiu Sérgio Luiz Nascimento. Em diálogo com o secretário municipal, Erasto Fortes Mendonça realçou o esquecimento da fraternidade como valor cívico e político, em face da igualdade e da liberdade que, ao longo do tempo, transformaram-se em categorias sociológicas importantes. “Nós somos filhos da mesma humanidade, esse é o sentido da palavra fraternidade para a Declaração Universal dos Direitos Humanos. É a fraternidade, inclusive, que nos permite, enquanto educadores, nos colocarmos à altura do olhar dos meninos e meninas”, concluiu o coordenador da Secadi/MEC.

Encerramento

A vice-presidente do CEE/RS, Sandra Silveira, encerrou a mesa de debates com uma reflexão dolorosa, porém necessária, sobre educação e direitos humanos em situação de calamidade pública — como aquela pela qual passa seu estado após as enchentes que começaram em abril de 2024. “As escolas que ficaram inteiras estão, hoje, servindo de abrigo e, aos poucos, estamos retomando. O regime de colaboração tem sido fundamental para o nosso trabalho, para que possamos, inclusive, estabelecer escolas de campanha no estado”, destacou a conselheira.

De acordo com ela, nesse exercício de solidariedade em prol da reconstrução do Rio Grande do Sul mora a esperança de que os direitos humanos ganhem mais atenção da sociedade, de modo que todos saibam exercitar a humanidade em comunhão com a natureza.

Recomendações

>> **Pensar as questões** da escola em conjunto com os direitos fundamentais, como segurança alimentar, direito de ir e vir e direito ao cuidado, sobretudo no contexto pós-pandêmico.

>> **Assegurar premissas** básicas da Constituição de 1988: educação com qualidade requer igualdade, equidade, inclusão e justiça social.

>> **Enfrentar o atual contexto** de crescimento do preconceito e da exclusão, unindo forças em torno de um sistema nacional de educação.

>> **Fortalecer a mobilização** acadêmica, em busca de um sistema que seja capaz de superar, efetivamente, as ofensas aos direitos humanos.

>> **Discutir qual rumos** queremos dar para a educação em uma formação que alie as dimensões técnica, ética e humana.

>> **Enfrentar três desafios** para o futuro: o modo de financiamento, a formação inicial e continuada de professores e a escuta humanizada dos atores do processo educacional.

>> **Retomar o sentido** da palavra fraternidade, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, para exercitarmos a escuta, um pilar da educação.

>> **Aprofundar as discussões** sobre direitos humanos e meio ambiente, sobretudo, após a tragédia no Rio Grande do Sul que, certamente, abriu caminho para este debate.

mesa · 12/06/2024

Educação híbrida no ensino básico e superior: IA e tecnologias

PRESIDENTE DA MESA

Luiz Roberto Liza Curi,
presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE)

MODERADORES

Elizabeth Guedes e Amábile Aparecida Pacios, conselheiros do Conselho Nacional de Educação (CNE)

PARTICIPANTES

- Luciano Sathler Rosa Guimarães, conselheiro do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE-MG)
- Marcos Augusto Francisco Borges, presidente da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp)
- Sandra Regina Goulart Almeida, reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- Suely Melo de Castro Menezes, vice-presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE)
- Vera Lúcia Cabral Costa, diretora da Indústria de Educação para América Latina na Microsoft



[Assista aqui](#)
à mesa na íntegra

mesa 4 · 12/06/2024

Educação híbrida no ensino básico e superior: IA e tecnologias

Luiz Roberto Liza Curi, presidente do CNE, ao abrir a mesa, retomou o percurso histórico de regulamentação do ensino híbrido no Brasil. Sua fala foi à luz dos apontamentos de uma Resolução do CNE, votada em 2021 e entregue ao Ministério da Educação MEC. À vista disso, ele disse: “o híbrido, nessa Resolução, não significa reordenar pedaços, mas propor flexibilidades e perspectivas do aprendizado”.

Neste momento em que a palavra “híbrido” ganha maior foco no debate público sobre a educação, é importante reforçar o seu propósito conceitual, que está muito além da divisão entre modalidades de ensino presencial e à distância. Desta forma, é necessário levar à baila um debate que abranja a interação entre as pedagogias e as tecnologias de informação e comunicação, permeando, ainda, o tema regulação.

Por que discutir, especialmente, o significado da educação híbrida? Para evitar a “vulgarização de um conceito”, complementou Suely Menezes, vice-presidente da Câmara de Educação Básica do CNE. Segundo ela, é mais correto falar em processos híbridos — mesclas sociais que mudam as nossas formas de ser, ensinar e aprender. “São vivências significativas para que o currículo ultrapasse a sala de aula”, definiu.

Em última análise, como destacado por Curi, o significado proposto pela Resolução do CNE considera a educação híbrida como “um ordenamento pedagógico, formador e focado na geração de aprendizado para competências e não focado no ensino de conteúdos”. Assim, é importante superarmos um modelo de educação que limita os estudantes à passividade em sala.

A educação híbrida como complemento aos desafios do modelo tradicional

Marcos Borges, presidente da Univesp — iniciativa pioneira na educação virtual —, apresentou dados sobre o alcance da universidade no estado de São Paulo, com destaque para mais de 60 mil alunos na graduação, promovendo inclusão e diversidade no que diz respeito à raça, à renda e ao gênero.

Segundo ele, a educação híbrida tem um grande potencial de transformar o cenário educacional ao privilegiar os critérios de flexibilidade e personalização da aprendizagem. Com as novas tecnologias, surgem novas necessidades, de modo que a fronteira entre o híbrido e o presencial se torna cada vez menor.

“É preciso oferecer ao aluno mais do que uma opção. Há alguns que preferem estar em sala e outros que preferem ver em casa. É importante respeitar essa diversidade, com foco em flexibilizar o currículo para que a aprendizagem esteja adaptada às necessidades dos alunos e ao mundo moderno”, afirmou Borges.

Há, ainda, avanços importantes no campo da inclusão e da acessibilidade, considerando a diversidade de ritmos de aprendizagem e as desigualdades econômicas e sociais que afetam os estudantes.

“Na Univesp, por exemplo, temos uma proporção de alunos com deficiência ou com neurodivergência acima de qualquer universidade presencial, pois as aulas têm legenda, audiodescrição e libras. E todos esses recursos traduzem um esforço de pesquisa para adaptar os materiais a um nível de acessibilidade que, na prática, é impossível em uma aula presencial”, finalizou.

A avaliação do ensino enfrenta obstáculos

Há, no entanto, desafios no quesito avaliação do ensino. Alguns deles foram apontados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no relatório recuperado por Luciano Sathler. O conselheiro do CEE-MG chamou atenção para falhas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) na educação presencial e à distância, que vão desde a centralização excessiva a um modelo subjetivo de avaliação à estrutura inadequada e ultrapassada para avaliar o ensino superior.

Para avançarmos rumo ao aumento da qualidade da educação a distância é preciso mais transparência e participação dos estudantes e egressos na avaliação, enfatizou o conselheiro. “Não é correto que qualquer órgão estabeleça percentuais para a presencialidade e o ensino a distância – há modelos variados e cada instituição tem o seu projeto pedagógico. Nesse sentido, o fundamental é visibilizar os indicadores para o público.”

Letramento e inclusão digital com orientação pedagógica

No período pós-pandêmico ganham urgência as discussões sobre a regulação e a integração pedagógica das ferramentas de inteligência artificial. Em sua apresentação, Sandra Goulart, reitora da UFMG, reforçou que não adianta implementar essas tecnologias sem pensar na sua aplicação efetiva, em favor da aprendizagem dos estudantes.

“É preciso alocar, de forma apropriada, as responsabilidades entre governo, academia, indústria, consumidores e alunos diante da inteligência artificial, suas bases produtivas e um uso ético e responsável”, lembrou a professora.

À luz dos marcos legais do setor, entre os quais a já mencionada Resolução do CNE, abre-se espaço para pensar as políticas de letramento digital para as novas gerações que, embora chamadas de “nativas digitais”, necessitam de uma orientação pedagógica adequada — para não citar, também, a formação dos professores.

Em conjunto com o letramento, a inclusão digital também desponta como tema sensível, especialmente numa crise sanitária que impactou, decisivamente, o percurso de aprendizagem de milhões de jovens de baixa renda pelo país. “Um total de 54% dos nossos estudantes são oriundos da rede pública e muitos deles com dificuldades financeiras. O acesso ao smartphone não é suficiente”, observou a reitora.

Inteligência artificial não é mais uma ‘tendência’

A diretora da Indústria de Educação para América Latina na Microsoft, Vera Cabral, retomou o avanço do debate sobre hibridismo e novas tecnologias na educação, destacando a importância de não encaixar o ensino híbrido numa definição isolada. “O híbrido permite que a gente transforme a aprendizagem, quebrando os conceitos de espaço e tempo”, destacou.

Conforme as tecnologias avançam, o tempo de implementação e adaptação reduzem bruscamente, o que implica, nas palavras da especialista, negar o caráter efêmero das mudanças que já estão ocorrendo na educação. É necessário, ao contrário, evidenciar as oportunidades para o uso da inteligência artificial.

“O país precisa de um movimento consistente de alfabetização digital. Ter conexão em um computador não é mais privilégio, mas condição básica para o aluno caminhar no mundo contemporâneo.”

Justiça, confiabilidade, privacidade e segurança, inclusão, transparência e responsabilidade são os princípios norteadores da implementação da inteligência artificial, com foco na melhoria da eficiência para alunos e professores, preparando-os para o futuro sob uma perspectiva inclusiva e equitativa.

Por meio de plataformas disponíveis no pacote disponibilizado pela Microsoft, por exemplo, as instituições de educação básica e superior já dispõem de ferramentas que privilegiam tanto questões de acessibilidade, com foco em alunos com deficiência, como a adaptabilidade, de modo que os professores elaborem estratégias assertivas em cada contexto.

“Em nosso *coach* de progresso de leitura, por exemplo, a criança lê na frente do computador e descobrimos questões de erro de pronúncia, repetições, omissões, autocorreções etc., informando ações de progressão tanto para o professor como para a criança”, finalizou Vera Cabral.

Conectividade na perspectiva do direito

Considerando a centralidade das novas tecnologias para as perspectivas educacionais aqui apontadas, a pergunta que emerge é: como garantir uma infraestrutura adequada em um país com dimensões continentais e com profundas desigualdades como o Brasil? Essa foi uma das questões centrais da mesa de debate.

“O país precisa de um movimento consistente de alfabetização digital, de instrumentalização da escola. Ter conexão em um computador não é mais privilégio, mas condição básica para o aluno caminhar no mundo contemporâneo”, afirmou a conselheira Suely Menezes, pontuando o papel da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na construção de uma educação que leve a escola para o mundo e traga o mundo para a escola.

“De fato, não dá para continuar discutindo todas essas questões de tecnologia na educação se ainda existirem escolas que não garantem às crianças o direito à internet”, lembrou Vera Cabral. Segundo ela, por vezes, a conectividade aparece em segundo plano nas discussões, quando, na prática, deve ser vista como direito fundamental, tal qual água, luz e esgoto.

Em diálogo com a diretora da Microsoft, Marcos Borges apontou para a urgência deste debate, considerando nosso atraso de décadas na garantia de direitos básicos. “A discussão sobre questões digitais não pode ocupar um lugar secundário na agenda de direitos do país”, ressaltou.

Informática e educação numa perspectiva de formação integral de professores

Marcos Borges finalizou sua fala chamando atenção para o papel estratégico da formação de professores nesse contexto de transformação pedagógica. “Como presidente de uma universidade que foi criada para formar professores, é urgente discutirmos o que mudar na faculdade de pedagogia, de modo a capacitar docentes que façam, efetivamente, o hibridismo”, pontuou.

Vale destacar que o CNE tem apontado respostas em busca de reordenar a formação de professores, no intuito de restabelecer a interação no processo de aprendizado. “Não adianta reformar a pedagogia e segmentar o aprendizado do futuro professor”, lembrou Luiz Roberto Liza Curi, reforçando a necessidade de superarmos a formação segmentada dos educadores.

Nesse cenário, Suely Menezes elogiou a experiência da pandemia em países da União Europeia, que estabeleceram metas para o acesso à digitalização. Segundo ela, isso requer humildade para planejar de forma paulatina. “Precisamos de um grupo de formadores para trabalhar a formação dos professores — com esse foco nos multiplicadores, podemos obter metas bem definidas em cinco anos”, concluiu.

Recomendações

>> **Observar iniciativas** como a Univesp, que faz a integração de métodos presenciais e remotos, a personalização e a colaboração mútua no processo de aprendizagem, a flexibilidade curricular e o uso de tecnologias.

>> **Considerar que a educação** híbrida oferece flexibilidade, inclusão e acessibilidade de maneiras que o modelo tradicional não sustenta, com conteúdos digitais adaptáveis ao perfil dos estudantes.

>> **Implementar o ensino híbrido** com foco em trabalhabilidade e não só em empregabilidade, dando ênfase à educação continuada.

>> **Não confundir** educação híbrida com atividade remota nem cair na vulgarização do conceito. As mesclas sociais mudam as nossas formas de ser, ensinar e aprender — isso é hibridismo.

>> **Possibilitar**, por meio da educação híbrida, vivências significativas para que a formação ultrapasse a sala de aula, saindo do foco do ensino para o foco na aprendizagem.

>> **Mudar a escola**, mudar a caixinha da disciplina para o bloco disciplinar: um conteúdo de vida e não uma disciplina para prestar contas ao professor.

>> **Tratar a conexão** não como privilégio, mas como condição básica para crianças e jovens terem uma educação e vida dignas.

>> **Focar no papel** estratégico da formação de professores no contexto de transformação pedagógica.

mesa · 13/06/2024

Desafios da Educação Profissional e Tecnológica

PRESIDENTE DA MESA

Luiz Roberto Liza Curi,
presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE)

MODERADORES

Mauro Luiz Rabelo e **Walter Eustáquio Ribeiro**,
conselheiros do Conselho Nacional de Educação (CNE)

PARTICIPANTES

- **Andrea Cristina Dungas Santos**, conselheira do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE/MG)
- **Andrés Cardó**, vice-presidente do PROEDUCA
- **Igor de Alvarenga Oliveira Icassatti**, secretário de Educação de Minas Gerais (SEE/MG)
- **Lucimara Araújo de Assis**, analista de Projetos Educacionais no SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial MG
- **Patrícia Barcelos**, diretora de Políticas e Regulação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC)
- **Ricardo Tonassi Souto**, presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (FONCEDE)
- **Romeu Weliton Caputo**, diretor adjunto do Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e de Políticas Educacionais da Fundação Getulio Vargas (FCV)



[Assista aqui
à mesa na íntegra](#)

mesa 5 · 13/06/2024

Desafios da Educação Profissional e Tecnológica

Como abordar a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) de forma condizente com a sua importância na trajetória de aprendizado dos estudantes? Este foi um dos desafios que guiaram a mesa de debates ocorrida em 13 de junho, último dia de conferências da Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Educação na Região Sudeste. Em nome do CNE, o presidente Luiz Roberto Liza Curi manifestou sua contrariedade a propostas que pretendem reduzir a carga horária destinada à formação técnica no currículo do Novo Ensino Médio, apontando esta medida como equivocada. “Não concordamos em perder uma única hora para fortalecer o ensino médio”, afirmou ao citar as atuais 900 horas previstas para o itinerário com ênfase na formação técnica.

Segundo Curi, tratar a educação profissional como itinerário retira da formação sua importância estratégica, além de dificultar o necessário diálogo entre o setor público e as organizações privadas que têm muito a contribuir com parcerias, de modo a impulsionar as cooperações tecnológicas. “Mais do que um itinerário, essa é uma trajetória que conduzirá os jovens ao emprego na idade certa, estimulando-os a permanecerem na educação superior com maior êxito. Essa é uma etapa educacional que merece a interação plena da sociedade. Duvido que haja uma empresa brasileira, cidadã, que recuse estabelecer cooperação com a escola pública”, destacou.

Nesse sentido, o presidente do CNE lembrou a importância de organizações como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e de iniciativas como a Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), que reúnem interesses do capital nacional em torno da educação como motor do desenvolvimento brasileiro. “Grandes empresários já estão cientes do risco que a indústria brasileira corre com a desorganização dessa modalidade de diploma — esse profissional agrega emprego para os engenheiros, abre espaço para a inovação. Precisamos reordenar nossa cadeia produtiva, e isso não se faz sem um corpo técnico do ensino médio”, finalizou.

Como referência para o debate, foram levantados os números da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em média, 47% dos estudantes de países membros da OCDE estão no ensino médio profissionalizante, dado que se contrapõe àquele observado no Brasil: apenas 11% dos brasileiros estão na mesma condição.

Um cenário em evolução, com boas práticas estaduais

Diretor adjunto do Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e de Políticas Educacionais da FGV, Romeu Caputo expressou otimismo com as oportunidades construídas pelo país, em busca de criar um financiamento sustentável para o ensino técnico e profissional.

Como lembrou Caputo, que é ex-presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), dez anos atrás, a atual estrutura da educação brasileira era impensável, olhando, por exemplo, para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Se somarmos a esse cenário o esforço do empresariado, com o Sistema S e demais organizações do setor educacional, sem dúvidas, o momento é oportuno para o país.

“Não muito tempo atrás, a estrutura do próprio MEC segregava secretarias, em vez de integrá-las. Sabemos o quão difícil foi construir o atual cenário de sustentabilidade para a educação profissional, trazendo diversas organizações para dentro da educação básica”, lembrou.

Nesse sentido, o Brasil já apresenta boas práticas em nível estadual, como bem destacou Igor Alvarenga, secretário de Educação de Minas Gerais, estado onde acontece o Projeto Trilhas de Futuro – com R\$ 1,5 bilhão de investimento, são 47 mil alunos certificados, 147 mil estudantes atendidos em quatro edições e mais de 100 mil matrículas ativas. “O ensino profissional é caro e é passageiro, por isso a importância das parcerias com a iniciativa privada para garantir o financiamento”, afirmou, chamando a atenção para a volatilidade do atual mercado de trabalho, somada à necessidade de garantir a permanência dos jovens.

Unir didática ao conhecimento de novas tecnologias, um desafio para a formação docente

A conselheira do CEE/MG Andrea Dungas endossou as palavras do secretário, ressaltando o aumento considerável das matrículas em cursos técnicos desde 2019. “Há um esforço claro no sentido de aumentar a oferta, que se tornou referência para o Brasil”, disse ela.

Se ampliarmos a abordagem para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), o próprio Plano Nacional de Educação (PNE) define metas ambiciosas para integrar o ensino profissional aos ensinos fundamental e médio. “Estamos dando ênfase ao ensino médio, mas o grande público da educação profissional e tecnológica vai além”, lembrou Patrícia Barcelos, da Setec/MEC.

Em sua apresentação, Lucimara Araújo de Assis, analista de Projetos Educacionais no SENAI-MG, lembrou de como o déficit de conhecimentos básicos, por vezes, afeta o desempenho dos alunos do ensino técnico, razão pela qual é preciso pensar em uma estratégia articulada para as diferentes etapas da educação nacional.

Nesse sentido, a experiência do SENAI, com mais de 2,3 milhões de matrículas na educação profissional, aponta para a importância de pensar o impacto das desigualdades sociais sobre a estratégia do segmento. “De todos os nossos estudantes, cerca de 40% dos alunos que fazem o curso técnico do SENAI já trabalham e precisam dessa qualificação para melhorar a sua renda”, disse Lucimara, retomando a necessidade de lutar pelo prestígio da modalidade.

Esses desafios só serão endereçados, garantindo uma formação docente específica para a educação profissional e tecnológica. “Normalmente, os que têm conhecimento técnico carecem de uma formação didática e vice-versa. Precisamos aproximar essas duas competências fundamentais”, finalizou, observando que o conhecimento em novas tecnologias é indispensável para a atual revolução 4.0.

A diretora da Setec/MEC, Patrícia Barcelos, complementou destacando iniciativas do governo voltadas à formação continuada de docentes, em especial o programa de especialização em docência, gestão e educação à distância, que está ofertando cerca de 25 mil vagas em conjunto com a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Criar raízes, com empregabilidade e oferta docente: o exemplo da Espanha

Vice-presidente do PROEDUCA, organização especializada em e-learning, com ampla atuação em países de língua espanhola, Andrés Cardó falou sobre a trajetória do ensino profissional na Espanha: em menos de duas décadas, o país transformou essa modalidade a partir do foco em empregabilidade, melhoria do prestígio, parcerias empresariais, mobilidade e oferta docente.

“Se voltamos a 2005, vemos um outro cenário na Espanha: os pais ficavam preocupados quando o filho decidia pela educação profissional e isso se refletia no baixo interesse das empresas. O marco legal também era inexistente — o resultado era a ausência de incentivos”, lembrou. O cenário hoje é outro, graças à aprovação de uma legislação e à mudança cultural na sociedade. Diversos atores passaram a valorizar, coletivamente, a modalidade, de modo que as famílias começaram a se interessar cada vez mais pelo ensino profissional como vetor do futuro.

De que maneira, portanto, a trajetória espanhola pode inspirar o Brasil, que ainda observa um cenário semelhante à Espanha no começo do século? Segundo Cardó, é preciso considerar as particularidades da economia local, de modo que as novas gerações criem raízes em seu país.

“Quando você não tem oportunidades acadêmicas de qualidade no município, há uma possibilidade de você migrar e nunca mais voltar”, disse, apontando o exemplo de países como França e Espanha, que criaram escolas voltadas à formação para o agronegócio. Nesse sentido, o Brasil precisa criar pontes entre as competências do ensino médio e o fortalecimento de seus setores econômicos mais estratégicos.

Maior prestígio para dar voz à vocação

Considerando a já citada falta de prestígio como elemento que dificulta a evolução da educação profissional, o cenário brasileiro lida ainda com obstáculos culturais de longa data, como a tradição do bacharelismo. Afinal de contas, como enfatizar a empregabilidade em um país que historicamente atribui status social a quem possui diploma?

Segundo Ricardo Tonassi, presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (FONCEDE), é preciso reconhecer as desigualdades nacionais para ressuscitar o prestígio social do ensino técnico. “São mais de 600 mil vagas ociosas, necessitando de pessoas qualificadas. Mas nossa cultura do bacharelismo leva os estudantes a acreditarem que o mais importante é portar um anel no dedo e ser chamado de doutor”, afirmou.

Na jornada do ensino superior, como bem lembrou Tonassi, muitos acabam sendo escolhidos em vez de eles próprios decidirem o seu futuro profissional. “Precisamos também formar professores para o ensino médio”, finalizou, chamando a atenção para a importância estratégica de discutir o magistério do ensino médio como parte do plano de educação profissional.

A conselheira do CEE/MG, Andrea Dungas, complementou a discussão destacando os desafios para impulsionar a credibilidade dos cursos técnicos. Nesse sentido, caminham as atualizações de normativas do Conselho em Minas Gerais. “Preocupação com a infraestrutura e o plano de curso, além da qualificação do corpo docente e os termos de compromisso, todos esses são elementos que temos cobrado”.

Recomendações

>> **Observar** que a Fiesp e outros movimentos indicam o comprometimento dos grandes empresários com a educação – a indústria brasileira corre risco diante do abandono da formação técnica na educação.

>> **Inspirar-se** em experiências internacionais de sucesso, como aquela vivenciada pela Espanha e por países da OCDE, no desenvolvimento da proposta própria do Brasil.

>> **Focar em pontos** de melhoria como empregabilidade, reconhecimento e prestígio, mobilidade, oferta docente e vínculos empresariais.

>> **Reativar o prestígio** social do ensino técnico, reconhecendo as desigualdades nacionais e combatendo o “bacharelismo”, isto é, a ideia de que o diploma de graduação possui um *status quo* maior quando comparado ao diploma do ensino técnico.

>> **Enfrentar o desafio** da formação docente para a educação profissional. É preciso conhecimento técnico e de didática para educar no nível técnico.

>> **Enfrentar o desafio** da formação continuada em novas tecnologias, voltada à indústria 4.0.

>> **Assegurar o cumprimento** da Meta 11 do PNE: triplicar as matrículas da educação profissional técnica, garantindo qualidade.

>> **Tratar o tripé** acesso, permanência e qualidade como fundamental na educação técnica.

>> **Desmistificar a ideia** do curso técnico como uma opção destinada aos mais socialmente vulneráveis ou àqueles que não conseguiram entrar na universidade.

MESA · 13/06/2024

Compromisso com a Educação Infantil

PRESIDENTE DA MESA

Luiz Roberto Liza Curi,
presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE)

MODERADORES

Suely Melo de Castro Menezes e Valseni José Pereira Braga,
conselheiros do Conselho Nacional de Educação (CNE)

PARTICIPANTES

- **Beatriz de Oliveira Abuchaim**, diretora de Projetos da Fundação Bracell
- **Flávia Luciana Guimarães Marçal Pantoja de Araújo**, advogada e integrante da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) no Pará
- **Jacqueline da Silva Gonçalves**, presidente da Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CES/CEE-MG)
- **José Barroso Filho**, ministro do Superior Tribunal Militar e membro do Conselho Nacional de Educação (CNE)
- **Marisa Vasconcelos Ferreira**, pesquisadora e consultora da Fundação Carlos Chagas (FCC)
- **Mônica Correia Baptista**, professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- **Rita de Cássia de Freitas Coelho**, coordenadora de Educação Infantil da Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC)
- **Winder Almeida Souza**, presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino no Estado de Minas Gerais (SINEPE/MG)



[Assista aqui
à mesa na íntegra](#)

mesa 6 · 13/06/2024

Compromisso com a Educação Infantil

“Tudo que começa bem tem grande chance de terminar bem”, resumiu o conselheiro Valseni Braga, moderador da mesa “Compromisso com a educação infantil”, ao ressaltar a importância de pensar a educação para crianças no Brasil. No último encontro da reunião itinerante realizada pelo CNE, educadores, secretários e especialistas se reuniram para pensar o futuro do país a partir do investimento na primeira infância.

Após dias de debates que pautaram desde o ensino fundamental ao superior, passando pela modalidade técnica, além dos desafios pós-pandemia, chega o momento de consolidar um diagnóstico de todas essas emergências, de olho em questões como alfabetização, aprendizado na idade certa e desenvolvimento integral da criança.

“Não falamos somente da educação, da brincadeira e dos primeiros passos, mas de um atendimento que combata a precariedade da vida local dessas crianças, visando a proteção e a segurança alimentar, de modo que a escola seja um espaço social privilegiado para todas elas”, afirmou Luiz Roberto Liza Curi, presidente do CNE, em seu discurso de apresentação da mesa.

Ao longo de sua fala, Curi exemplificou o impacto da educação sobre o desenvolvimento nacional, destacando que uma alfabetização adequada e inclusiva é condição para a saúde pública, a infraestrutura e a indústria. “É a educação infantil que fornece sucessores fundamentais para nosso futuro, protegendo a sociedade de devaneios autoritários.”

A criança, sua aprendizagem e a pedagogia

Falar sobre a educação infantil é partir de conceitos importantes que, apesar de muito citados, carecem de consensos acerca de seus significados. Como questão inicial, cabe perguntar: de quem falamos quando nos referimos às crianças de zero a 6 anos? “Nós temos excelentes respostas, mas, como sociedade, ainda não nos debruçamos sobre elas”, observou Mônica Correia Baptista, professora da UFMG.

Em sua apresentação, Baptista citou estudos relevantes que ilustram algumas diferenças entre a primeira e a segunda infância, considerando, particularmente, a velocidade em que ocorre o desenvolvimento nesta fase da vida. “Em todos os âmbitos da vida humana, nunca mais vamos nos desenvolver com a rapidez com que se desenvolve uma criança na primeira infância.”

Outra particularidade das crianças, disse a professora, está em seu objeto de conhecimento — a linguagem. Segundo ela, é um erro compreender esse processo a partir da mera transmissão de conhecimentos, uma vez que, como demonstram os estudos, não estamos falando de um mero código.

“A ciência nos mostra que não se trata de um código, mas de um sistema de representação complexo. O objetivo é que a criança se aproprie de uma linguagem, o que enseja uma enorme complexidade da aprendizagem”, observou.

Reconhecendo, portanto, a criança como sujeito, suas particularidades e a complexidade do seu desenvolvimento, haverá consequências centrais para a pedagogia — que deve buscar olhares específicos para essa faixa etária.

Formação profissional e continuada de professores

Nesse sentido, a formação de professores, uma das estratégias-chave do desenvolvimento nacional, ocupou lugar de destaque em praticamente todas as apresentações da mesa, considerando os desafios particulares à fase da educação infantil.

“Os responsáveis por coordenar e desenvolver o atendimento nas creches e pré-escolas são professores licenciados. Precisamos de profissionais capacitados em formação inicial e em formação continuada”, afirmou Marisa Ferreira, pesquisadora e consultora da Fundação Carlos Chagas (FCC), citando um consenso importante no campo.

Como disse a presidente da CES/CEE-MG, Jacqueline da Silva Gonçalves, no debate sobre a educação infantil a formação docente tem lugar privilegiado. “Precisamos batalhar muito junto ao nosso Conselho para fortalecer o curso de Pedagogia, que é responsável pelas infâncias”, observou, frisando a necessidade de um olhar diverso para as crianças brasileiras, respeitando seus direitos desde bebês.

Winder Almeida, presidente do SINEPE/MG, ressaltou uma outra dimensão desse tópico: o cuidado com a saúde mental dos profissionais de educação. “Eles estão adoecendo e isso é muito sério. É impossível atender alunos da educação infantil com profissionais doentes”, afirmou.

Investir em qualidade numa abordagem multidisciplinar

“Quando falamos em primeira infância, a visão é sempre interdisciplinar”, pontuou Suely Menezes, vice-presidente da Câmara de Educação Básica do CNE. Inaugurando um debate sobre as Diretrizes de Qualidade e Equidade na Educação Infantil, instituídas a partir do documento Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil, encaminhado pelo Ministério da Educação (MEC) e aprovado pelo CNE em julho de 2024, Suely ressaltou o papel político deste documento, resultante da mobilização de diferentes dirigentes, desde o nível do sistema até a sala de aula.

Nesse sentido, instituições públicas e privadas, assim como os órgãos de controle da qualidade e os próprios sistemas de ensino, devem observar tais diretrizes, pois é impossível falar em direito à educação sem tratar da qualidade. No caso da educação infantil, observou a professora, tais parâmetros devem ser considerados, especialmente, pelos municípios, responsáveis pela maior parte da oferta.

Integrante da Rede Nacional Primeira Infância do Pará, Flávia Marçal reforçou o compromisso do seu estado, após anos de luta para implementar a rede estadual e os parâmetros nos planos municipais da primeira infância. “Os parâmetros são um primeiro passo, mas precisamos de um conjunto de ações subsequentes para a efetivação”, destacou.

No que resulta, afinal, a garantia dessa qualidade? A resposta está no desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos social, psicológico, intelectual, linguístico, físico e cultural. Como lembrou Suely, a educação infantil é, essencialmente, a educação integral.

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), um currículo de qualidade deve endereçar questões como a participação ativa das crianças, a presença dos eixos curriculares nas brincadeiras, além de processos cognitivos-sociais e de criatividade. Números nacionais, entretanto, indicam que ainda estamos longe da plena implementação desses eixos, recomendados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 2 milhões de crianças no país estão sem vagas em creches.

Por isso, a importância de fortalecer os parâmetros de qualidade, como destacou Beatriz Abuchaim, diretora de Projetos da Fundação Bracel. “O caminho é com gestão democrática, infraestrutura e materiais, diversidade das infâncias, melhor formação docente, além de concepções pedagógicas, maior

participação das famílias e da comunidade em uma perspectiva intersetorial, com avaliações nacional e local.”

“A escola não trabalha sozinha, mas com o distrito, o governo e, em especial, as famílias, que são prioridade nesta fase”, finalizou Suely Menezes, ressaltando que temos diretrizes sólidas para apoiar o trabalho prático dos dirigentes da educação. No fim do dia, é de suas ações que depende a qualidade da educação infantil.

Desigualdades no acesso aos recursos básicos de desenvolvimento

A coordenadora de Educação Infantil do SEB/MEC, Rita Coelho, propôs uma visão realista para o processo educacional, afirmando que a conciliação de todos os interesses é improvável. Todavia, isso não deve impedir a resolutividade da educação, por meio de um debate ético, transparente e democrático.

Nesse sentido, pesquisas científicas têm ilustrado enormes desigualdades regionais, como citou Marisa Ferreira, da FCC, no que diz respeito aos ambientes de aprendizagem, por exemplo. Como resultado, crianças na pré-escola têm dificuldades no acesso a livros didáticos e a recursos diversos para brincadeiras.

Um estudo do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Economia Social (LEPES) da Universidade de São Paulo (USP) apontou que em 17% das 4 mil turmas de pré-escola pesquisadas não havia livros infantis dentro das salas. Das 52% que tinham livros em sala, muitas não os utilizavam. E em 29% não havia recursos para brincadeiras de faz de conta.

“Para a vida de uma criança pequena, três meses é muito tempo”, acrescentou Marisa Ferreira frisando a importância das brincadeiras para o desenvolvimento integral das crianças. “A brincadeira de faz de conta é daquelas que mais impulsionam o desenvolvimento de diferentes processos — linguagem, pensamento, memória, autorregulação, entre outros.”

Jacqueline da Silva Gonçalves complementou o raciocínio de Marisa Ferreira destacando um consenso da psicologia do desenvolvimento: “a brincadeira é uma atividade que proporciona a exploração do mundo, o experimentar de diversos papéis e a apropriação das relações sociais. E é a base do desenvolvimento cultural do ser humano”, concluiu.

Encerramento

A mesa foi encerrada com uma apresentação de José Barroso Filho, ministro do Superior Tribunal Militar e membro do CNE. Barroso fez uma reflexão sobre a natureza humana com ênfase no que nos diferencia dos animais: a constante busca pelo aperfeiçoamento.

“É essencial que os professores tenham uma formação em neurodesenvolvimento e compreendam que no desenvolvimento infantil o ambiente é tão determinante quanto a genética. A infância é um período de profundo desenvolvimento do cérebro”, pontuou o ministro.

Segundo Barroso, para além das competências, é necessária uma educação voltada às sensibilidades humanas. Citando o filósofo Edgar Morin, este seria um caminho para recuperar nossa capacidade de lidar com o pensamento complexo, que gera perplexidades, um motor importante do desenvolvimento humano. “Afim de contas, um bom problema não é aquele que se resolve depressa, mas aquele que nos transforma na procura de uma solução.”

Recomendações

>> **Observar as diretrizes** nacionais de qualidade e equidade para a educação infantil, em especial os municípios, responsáveis pela maior parte da oferta.

>> **Investir em gestão** democrática, infraestrutura e materiais, diversidade das infâncias, formação docente, concepções pedagógicas, participação das famílias e da comunidade, perspectiva intersetorial, avaliação nacional e local.

>> **Dar a devida importância** para as interações e brincadeiras – elas são a base do desenvolvimento cultural do ser humano.

>> **Fortalecer** a formação docente inicial e continuada no que tange à capacitação para as especificidades da educação infantil.

>> **Dar atenção** também aos docentes e às situações de adoecimento no/pelo trabalho.

>> **Promover o desenvolvimento** integral das crianças em seus aspectos psicológicos, físicos, culturais, linguísticos, entre outros.

>> **Regulamentar**, por normas próprias, as condições de oferta dos sistemas de ensino, atentando-se às características de cada estado ou município.

>> **Considerar as diferenças** fundamentais entre a primeira e a segunda infância, com ênfase na velocidade com que ocorre o desenvolvimento nestas fases da vida.

considerações finais

Ao fim de uma semana de intensos debates, provocações e união de esforços para superarmos desafios da educação brasileira, o CNE afirmou ter renovado a sua crença na importância do diálogo entre os atores do cenário educacional para chegarmos a novas soluções, diante de um cenário econômico e social de rápidas transformações e de velhos problemas que ainda persistem no horizonte.

Muitos consensos emergem destes quatro dias de debate, dentre um conjunto de desafios a serem enfrentados nos próximos anos, a saber:

- A urgência de um sistema nacional de educação.
- A necessidade de priorizar a educação infantil como a fase mais importante da aprendizagem.
- A importância de parcerias entre estados e municípios, bem como entre escolas, comunidade e empresas.
- A implementação de tecnologia com diretrizes pedagógicas para subsidiar o trabalho do professorado.
- O avanço da regulação e da avaliação no contexto de uma nova economia digital.
- A atenção às particularidades locais nas metas de educação.
- A articulação entre direitos de aprendizagem e direitos sociais básicos.
- A importância da formação docente inicial e continuada para avanços significativos na educação do país.
- A necessidade de uma mudança cultural acerca da educação profissional no país.

Em sua prática cotidiana, nas ações, nas intervenções e nas interações com sistemas de ensino nos três níveis de governo, o CNE segue buscando aprimorar sua estrutura e autonomia organizacional, em face de uma extensa agenda de consolidação de direitos educacionais e enfrentamento de déficits sociais aprofundados pela pandemia.

A partir da frase de Eduardo Galeano, recuperada pelo secretário Maurício Holanda, podemos dizer que a utopia serve para caminharmos — o mesmo aplica-se à educação. “A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos.” A paixão e o envolvimento presentes no olhar de cada um dos palestrantes que compuseram as mesas materializam o que disse a professora Suely Menezes, ao afirmar que a educação de crianças e jovens jamais será terreno da indiferença. Não podemos ser e não seremos indiferentes às necessidades de aprimoramento da educação nacional, assim se resume a conclusão deste seminário.

Apesar dos esforços já empreendidos para a melhoria da educação brasileira e das muitas conquistas já realizadas, ainda temos uma longa jornada pela frente e ela passa necessariamente pela perspectiva da melhoria da qualidade e da promoção da equidade do sistema educacional. Temos acúmulos em diversas temáticas que devem apoiar essa caminhada: dados, pesquisas, evidências, escutas e trocas são fundamentais para as transformações que ainda precisamos e pretendemos promover.

REALIZAÇÃO:



APOIO:



PATROCÍNIO:



APOIO NA REALIZAÇÃO DESTE RELATÓRIO



DESENVOLVIMENTO



EXPEDIENTE

D³e – DADOS PARA UM DEBATE
DEMOCRÁTICO NA EDUCAÇÃO

Olivia Silveira
Diretora Executiva

Clarissa Kowalski
Coordenadora de Comunicação
Institucional

FICHA TÉCNICA

Redação dos textos: Rafael Burgos
Coordenação: Clarissa Kowalski
Revisão: Vivian S. Soares Silva
Projeto gráfico e diagramação: Labirin.to